

Programa Censo Inclusão e Cadastro Inclusão de Pessoas com Deficiência na Cidade de São Paulo

Relatório Preliminar

O **Censo-Inclusão e Cadastro-Inclusão** é um programa da Prefeitura de São Paulo para identificar, mapear e cadastrar o perfil socioeconômico das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no âmbito do Município de São Paulo. Instituído pela **Lei nº. 15.096 de 05 de janeiro de 2010**, tem como objetivo facilitar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades desse segmento social.

O Cadastro-Inclusão deverá conter Informações quantitativas sobre os tipos e graus de deficiência encontrados e Informações necessárias para contribuir para a *qualificação, quantificação e localização* das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Conforme a lei, a cada período de 4 (quatro) anos o Cadastro deverá ser atualizado.

A coordenação deste programa é responsabilidade da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, que tem entre suas atribuições: adotar as providências necessárias para o seu desenvolvimento e acompanhamento, reunir todos os cadastros realizados por via eletrônica ou por outros meios e atualizar semestralmente o Cadastro-Inclusão.

Histórico e Planejamento

Como primeira iniciativa, a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida – SMPED procurou estabelecer uma parceria com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), por sua competência na realização de Censo Demográfico. Este contato foi estabelecido poucos dias após a publicação da lei, **ainda no mês de janeiro**.

Foram apresentados alguns dados referentes ao **Projeto Censo IBGE 2010** que demonstram a dimensão da implantação deste trabalho numa metrópole como São Paulo. Só para se ter uma idéia, a pesquisa por amostragem varia entre 5% e 33%, conforme os pontos de coleta. São 11.894 recenseadores e 175 pontos de coleta - divididos em 10 áreas e 48 sub-áreas.

Infelizmente, não foi possível sugerir a inserção de questões mais específicas e detalhadas sobre as pessoas com deficiência, bem como mudança da metodologia, conforme reivindicações de instituições e ONGs ligadas à causa, pois os parâmetros já haviam sido definidos em processo que teve início em 2007.

Porém, com a instituição do Censo Contínuo, que ocorrerá a cada 5 anos - o que se aproxima da periodicidade do Programa Censo-Inclusão e Cadastro-Inclusão da PMSP, que deve acontecer a cada 4 anos - **as sugestões da SMPED para inserção ou adequação das questões do Censo IBGE poderão ser avaliadas e, em caso de viabilidade, incorporadas nos anos subseqüentes.**

Ainda no mês de **janeiro**, a SMPED criou um **Grupo de Trabalho (GT)** com o objetivo de promover estudos e, conseqüentemente, a elaboração de estratégia para a implantação do Programa Censo Inclusão e Cadastro Inclusão. Foram propostas parcerias com institutos de pesquisa, compilação e cruzamento dos dados de pessoas com deficiência cadastradas em serviços da Prefeitura, e parcerias com universidades e entidades que prestam atendimento às pessoas com deficiência.

Nos meses de **fevereiro, março e abril** foram realizadas reuniões com o **IBGE** (que ofereceu uma capacitação aos membros do GT para utilização das ferramentas do site da instituição), com a Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo (**PRODAM**), com o Instituto de Pesquisas **Datafolha**, com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (**SEADE**) com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (**FIPE-USP**) e com o **Departamento de Estatística e Produção de Informação da Prefeitura de São Paulo**.

Pesquisas e Métodos

O **Instituto DATAFOLHA** apresentou uma proposta de pesquisa quantitativa e por amostragem, em pontos de fluxo populacional, mediante questionário estruturado com cerca de 20 perguntas para um universo de 28 mil entrevistados. São 300 entrevistas em cada um dos 96 distritos da Cidade de São Paulo.

A **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE** apresentou uma proposta alternativa à produção de informações censitárias, que consiste em organizar e sistematizar os cadastros e bases de dados já disponíveis na Prefeitura de São Paulo, como por exemplo, os cadastrados no Bilhete Único Especial, no Serviço Atende, entre outros.

Já a **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE)** sugeriu que promovêssemos a pesquisa nas Escolas Municipais e Estaduais, nas Praças de atendimento das Subprefeituras e demais pontos possíveis, além da possibilidade de cruzamento com os dados já existentes nas bases de dados que forem disponibilizadas. O instituto não nos enviou nenhuma proposta formal de trabalho até o momento.

Além disso, o GT promoveu diversas reuniões e pesquisou iniciativas de outros municípios, e até mesmo subprefeituras. Vale citar algumas destas iniciativas:

- **Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim (CEJAM)**, Organização Social (OS) que atua na região do M'Boi Mirim, extremo da Zona Sul de São Paulo. O CEJAM promoveu um cadastro de pessoas com deficiência por meio dos Agentes Comunitários de Saúde do Programa Saúde da Família (PSF). Em um universo de 650.000 pessoas, foram cadastradas 3.555 pessoas com deficiência. Tempo de implantação do projeto: 8 meses (planejamento, coleta de dados, tabulação e análise dos relatórios). Recursos: contratação de digitadores. Base de Dados desenvolvida pelo próprio CEJAM.

- **Prefeitura de São José dos Campos**. A Prefeitura de São José dos Campos, por meio de sua Assessoria de Políticas Públicas para pessoas com deficiência está desenvolvendo um "Censo para pessoas com deficiência". Foram confeccionados 150 mil questionários, que equivalem ao total estimado de residências na cidade. Estes formulários foram enviados por meio das Agências dos Correios e deverão ser depositados em urnas espalhadas por toda a cidade. A coleta e tabulação destes dados serão feitas pela própria assessoria da Prefeitura, que estima em 80.000 o número de pessoas com deficiência residentes na cidade.

- **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barueri (APAE Barueri)** promoveu, nos anos de 2005 e 2006, o **II Censo da Pessoa com Necessidades Especiais de Barueri**. Foram desenvolvidos pela equipe técnica da entidade dois tipos de formulários (básico e específico), aplicados por meio do sistema de varredura, ou seja, sistema de pesquisa de campo cujo objetivo era atingir 100% dos domicílios (60 mil - segundo dados do IBGE). Em média, participaram do processo de coleta de dados 80 recenseadores, que visitaram 42.619 domicílios. O censo identificou 2.298 pessoas com deficiência, presentes em 6,1% dos domicílios. A coleta, tabulação, processamento e análise dos dados ficou a cargo de um instituto de pesquisa contratado.

Conclusões Preliminares

Em maio, compiladas as informações colhidas desde o início dos trabalhos, coube ao GT analisar as possibilidades e deliberar quais seriam os próximos passos que culminariam com a apresentação do cronograma e plano de ação.

Notou-se que, embora válidas, as iniciativas de cidades como São José dos Campos, Barueri e a região do M'Boi Mirim não seriam aplicáveis em uma cidade como São Paulo, com mais de 11 milhões de habitantes e aproximadamente 3 milhões de imóveis.

Essa constatação vai de encontro ao apontado por todos os institutos de pesquisa consultados, que alertaram sobre a inviabilidade de se promover uma operação censitária em São Paulo, tanto pelo aspecto financeiro, quanto logístico, consideradas as informações citadas acima.

Com relação às informações de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida cadastradas em serviços oferecidos pela Prefeitura de São Paulo, o GT solicitou à PRODAM que identificasse onde estão alocadas estas informações para uma eventual unificação dos cadastros.

Tendo em vista que, para a composição do Cadastro Inclusão seriam necessárias informações como: quantidade de pessoas com deficiência, tipo de deficiência, distribuição regional, trabalho, faixa de renda, escolaridade, benefícios (serviços oferecidos pela Prefeitura), o GT solicitou à PRODAM um parecer técnico quanto à viabilidade de integração destas informações / cadastros. Segundo a PRODAM, os órgãos que dispõem dessas informações são os seguintes:

- Secretaria de Governo (Sistema SIGPEC – servidores públicos municipais);
- Secretaria de Transportes / São Paulo Transportes (Banco de Dados do Bilhete Único do Idoso e Bilhete Especial da pessoa com deficiência);
- Autarquia Hospitalar Municipal – Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM);
- Secretaria Municipal de Saúde (Sistema SIGA e GSS);
- Secretaria Municipal de Educação (Escolas Municipais de Ensino Especial – EMEEs);
- Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Sistema BDC).

Ocorre que estes bancos de dados foram construídos em plataformas diferentes e não existe a padronização das informações. Mesmo que fosse feita uma mescla destes dados e criada uma “chave de acesso”, conforme sugerido pela PRODAM, ainda assim não seria possível obter todas as informações necessárias para suprir o que determina o Cadastro Inclusão. Futuramente, poderá ser criado um *link* nestes bancos de dados para o Cadastro Inclusão.

Ponderando todas essas impossibilidades, **o GT optou por uma solução que parte da elaboração de um questionário (a ser apresentado e discutido oportunamente), que será enviado pelos Correios por meio do Banco de Dados do IPTU, fornecido pela Secretaria Municipal de Finanças.** Atualmente, estão sendo discutidos pontos como custos, logística de envio, coleta e tabulação dos dados com a PRODAM (contratada pela Secretaria de Finanças para o armazenamento do banco de dados do IPTU) e os Correios.

Vale ressaltar que a pasta não terá acesso, em hipótese alguma, aos dados cadastrais dos munícipes, sendo a manipulação dessas informações de inteira responsabilidade da empresa contratada para o desenvolvimento do sistema de cadastro e auto-cadastro.

Conforme especificado no Programa Inclusão, a Prefeitura / SMPED manipulará somente os dados quantitativos e qualitativos para elaboração e execução de políticas públicas. Além do sistema logístico desenvolvido pela SMPED com os Correios e a PRODAM, a Secretaria promoverá parcerias com as subprefeituras, escolas, instituições e ONGs ligadas à causa das pessoas com deficiência para a coleta e envio dos formulários às agências dos Correios.

Cronograma e Plano de Ação

A SMPED convidará as entidades, instituições e ONG's representantes das pessoas com deficiência na Cidade de São Paulo para apresentação da metodologia e do questionário utilizado. Os grupos de discussão serão separados por tipos de deficiências (física, intelectual, auditiva, visual, múltipla e surdocegueira), em dias alternados. **As inscrições deverão ser enviadas para o e-mail: censoinclusao@prefeitura.sp.gov.br, no período de 02 a 31 de agosto, constando: nome completo do representante, documento de identificação (que será apresentado no dia do evento), telefone e e-mail para contato e nome da instituição.**

Para maior aproveitamento dos trabalhos, solicitamos que os representantes das instituições se inscrevam somente na data específica de seu interesse. **Cada instituição poderá inscrever até 02 representantes.** Na data determinada para os respectivos grupos, o participante deverá entregar uma **CARTA DE APRESENTAÇÃO**, em papel timbrado, com a assinatura do representante máximo da instituição, atestando o seu vínculo com a entidade.

- **24/08/10** - Discussão sobre a metodologia do Programa Censo Inclusão e a aplicabilidade do questionário com o **Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida – CMPD.**
Horário: das 13h às 18h.
Local: Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida – SMPED.
- **01/09/10** - Discussão sobre a metodologia do Programa Censo Inclusão e a aplicabilidade das **questões relacionadas às pessoas com deficiência física.**
Horário: das 9h às 17h. **Local:** Auditório Edifício São Joaquim.
Endereço: Rua Líbero Badaró, 119 - Centro.
- **02/09/10** - Discussão sobre a metodologia do Programa Censo Inclusão e a aplicabilidade das **questões relacionadas às pessoas com deficiência intelectual.**
Horário: das 9h às 17h. **Local:** Auditório Edifício São Joaquim.
Endereço: Rua Líbero Badaró, 119 – Centro.

- **08/09/10:** Discussão sobre a metodologia do Programa Censo Inclusão e a aplicabilidade das **questões relacionadas às pessoas com deficiência auditiva.**
Horário: das 9h às 16h. **Local:** Auditório Edifício São Joaquim.
Endereço: Rua Líbero Badaró, 119 – Centro.
- **09/09/10:** Discussão sobre a metodologia do Programa Censo Inclusão e a aplicabilidade das **questões relacionadas às pessoas com deficiência visual.**
Horário: das 9h às 12h. **Local:** Auditório Edifício São Joaquim.
Endereço: Rua Líbero Badaró, 119 – Centro.
- **10/09/10:** Discussão sobre a metodologia do Programa Censo Inclusão e a aplicabilidade das **questões relacionadas às pessoas com deficiências múltiplas.**
Horário: das 13h às 18h. **Local:** Auditório Edifício São Joaquim.
Endereço: Rua Líbero Badaró, 119 – Centro.
- **13/09/10:** Discussão sobre a metodologia do Programa Censo Inclusão e a aplicabilidade das **questões relacionadas às pessoas surdocegas.**
Horário: das 9h às 17h. **Local:** Auditório Edifício São Joaquim.
Endereço: Rua Líbero Badaró, 119 – Centro.
- **De 14 a 30 de setembro:** Compilação das informações e estudo da viabilidade e aplicabilidade das propostas.
- **De 04 a 19 de outubro:** Consulta pública e captação de recursos / parcerias.
- **Dia 29 de outubro:** Apresentação de todas as propostas de metodologia, logística e cronograma de execução do Programa Censo inclusão – Cadastro Inclusão, que inclui:
 - Questionário;
 - Sistema de Cadastro e Auto-Cadastro (alocado no site da Prefeitura e da SMPED);
 - Apresentação do conceito para possível Campanha Publicitária.

De posse dessas informações, validadas e compartilhadas com o maior número possível de representantes do seguimento de pessoas com deficiência da Cidade de São Paulo, a SMPED apresentará o resultado dos trabalhos à instância máxima do executivo municipal, para deliberação quanto à execução do Programa.

Além disso, o GT da SMPED iniciará os contatos para possíveis captações de recursos e parcerias público-privadas. Observando-se que o custo de execução do programa não está previsto no Orçamento 2010, da Prefeitura de São Paulo, **estimamos que a execução do Programa-Inclusão e Cadastro-Inclusão ocorrerá em meados do 1º semestre de 2011.**